Positivo Educacional Ltda.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

KPDS 217274

Positivo Educacional Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R$ mil)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota explicativa**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.971	3.970	10.110	4.225
Contas a receber de clientes	6	9.661	5.680	10.281	6.253
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	13	398	594	589	852
Impostos a recuperar		377	600	425	608
IRPJ e CSLL a recuperar		1.410	1.388	1.410	1.388
Adiantamentos concedidos - partes relacionadas	13	-	182	-	182
Créditos diversos		2.882	2.241	3.324	2.626
		24.699	14.655	26.139	16.134
Não circulante					
Créditos diversos		10	10	10	10
Depósitos judiciais		907	1.188	907	1.188
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	2.641	3.561	2.641	3.561
Investimentos	8	12.382	9.854	-	-
Imobilizado	9	13.298	9.619	18.504	10.988
Intangível	10	155	228	9.684	9.758
		29.393	24.460	31.746	25.505
		54.092	39.115	57.885	41.639

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota explicativa**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Circulante					
Fornecedores		2.089	2.024	2.541	2.393
Fornecedores - partes relacionadas	13	9.494	3.254	9.902	3.658
Salários, provisões e contribuições sociais	11	8.277	8.796	9.129	9.705
Impostos a recolher	12	1.949	2.227	2.126	2.427
Adiantamento de clientes	14	11.519	11.129	11.825	11.390
Adiantamento de clientes - partes relacionadas	13	91	-	91	-
Outras obrigações	15	387	828	455	829
		33.806	28.258	36.069	30.402
Não circulante					
Operações financeiras passivas - partes relacionadas	13	2.272	2.272	2.272	2.272
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	4.352	4.140	4.352	4.140
Outras obrigações	15	1.174	1.000	1.174	1.000
Impostos a recolher	12	277	-	1.807	1.734
Provisão para perdas em investimentos	8	-	1.354	-	-
		8.075	8.766	9.605	9.146
Patrimônio líquido	17				
Capital social		15.724	14.314	15.724	14.314
Adiantamento para futuro aumento de capital		5.994	-	5.994	-
Prejuízos acumulados		(9.507)	(12.223)	(9.507)	(12.223)
		12.211	2.091	12.211	2.091
		54.092	39.115	57.885	41.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Positivo Educacional Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	**2016**	**2017**	**2016**
Receita líquida de serviços prestados	18	117.798	108.713	132.905	115.172
Custo dos serviços prestados	19	(62.228)	(57.202)	(68.351)	(61.296)
Lucro bruto		55.570	51.511	64.554	53.876
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	19	(4.642)	(5.398)	(5.530)	(6.528)
Gerais e administrativas	19	(49.272)	(44.141)	(57.888)	(48.103)
Outras receitas operacionais, líquidas		866	453	892	464
Lucro (prejuízo) antes da equivalência patrimonial, resultado financeiro e impostos		2.522	2.425	2.028	(291)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(581)	(3.156)	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		1.941	(731)	2.028	(291)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	20	3.055	2.639	3.162	2.659
Despesas financeiras	20	(641)	(534)	(835)	(994)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.355	1.374	4.355	1.374
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	7	(719)	(832)	(719)	(832)
Diferidos	7	(920)	(669)	(920)	(669)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		2.716	(127)	2.716	(127)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Positivo Educacional Ltda.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.716	(127)	2.716	(127)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	2.716	(127)	2.716	(127)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Positivo Educacional Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	Capital social	Adiantamento para futuro capital capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016		14.314	-	(12.096)	2.218
Prejuízo do exercício		-	-	(127)	(127)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		14.314	-	(12.223)	2.091
Aumento de capital	17	1.410	-	-	1.410
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	5.994	-	5.994
Lucro líquido do exercício		-	-	2.716	2.716
Saldos em 31 de dezembro de 2017		15.724	5.994	(9.507)	12.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Positivo Educacional Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.716	(127)	2.716	(127)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	1.471	1.203	1.822	1.247
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.052	2.176	1.466	3.160
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	212	825	212	825
Custo residual baixado de bens do ativo imobilizado e intangível	-	7.079	-	7.079
Resultado da equivalência patrimonial	581	3.156	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	1.639	1.501	1.639	1.501
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes (terceiros e partes relacionadas)	(4.837)	(2.263)	(5.231)	(2.706)
Impostos a recuperar	(299)	(1.388)	(339)	(388)
Créditos diversos	(360)	2.247	(417)	1.183
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores (terceiros e partes relacionadas)	6.305	4.583	6.392	4.848
Salários, provisões e contribuições sociais	(519)	(3.212)	(576)	(4.348)
Impostos a recolher	(1)	(49)	(228)	(178)
Outras obrigações	123	414	235	675
	8.083	16.145	7.691	12.771
Imposto de renda e contribuição social pagos	(219)	(2.178)	(219)	(2.178)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	7.864	13.967	7.472	10.593
Fluxos de caixa de atividades de investimento				
Aumento de capital nas investidas	(4.463)	(5.321)	-	-
Aquisição das empresas Sociedade Educacional Posiville Ltda., Centro de Educacional Opção Única Ltda. e Restaurante Maria Pimenta Ltda.	-	(5.335)	-	(5.335)
Aquisição de imobilizado	(5.063)	(2.805)	(9.250)	(3.855)
Adições ao intangível	(14)	(1)	(14)	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(9.540)	(13.462)	(9.264)	(9.191)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.994	-	5.994	-
Pagamento de empréstimos	-	-	-	(481)
Aumento de capital	1.410	-	1.410	-
Outros passivos financeiros - partes relacionadas	273	1.176	273	1.015
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	7.677	1.176	7.677	534
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	6.001	1.681	5.885	1.936
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.970	2.289	4.225	2.289
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9.971	3.970	10.110	4.225
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	6.001	1.681	5.885	1.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando especificamente indicado)

1 Contexto operacional

A Positivo Educacional Ltda. ("PE" ou "Empresa") é uma sociedade por quotas com responsabilidade limitada, registrada na Rua Cândido Hartmann, 1.400, na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, constituída inicialmente com a razão social de Positivo Alimentos Ltda. em 15 de janeiro de 1998.

A Empresa atualmente possui as suas operações distribuídas em dois ramos:

- Escolas: corresponde à educação infantil, ensino fundamental e médio.
- Cursos: corresponde aos cursos preparatórios pré-vestibulares.

1.1 Aquisição de controladas

Em 1º de julho de 2016, a Positivo Educacional Ltda. obteve o controle total das empresas Sociedade Educacional Posiville Ltda.**,** Centro Educacional Opção Única Ltda. - ME e Restaurante Maria Pimenta Ltda. - ME.

As atividades das empresas consolidadas estão descritas a seguir:

Sociedade Educacional Posiville Ltda. ("Posiville")
A Sociedade Educacional Posiville Ltda. é uma sociedade por quotas com responsabilidade limitada, registrada na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina, constituída em 05 de setembro de 1990.

Tem por objeto social as atividades relacionadas ao segmento de ensino básico, representada pelos colégios e curso pré-vestibulares próprios.

Centro Educacional Opção Única Ltda. - ME ("Opção Única")
O Centro Educacional Opção Única Ltda. - ME. é uma sociedade por quotas com responsabilidade limitada, registrada na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina, constituída em 18 de abril de 2004.

Tem por objeto social as atividades relacionadas ao segmento de cursos pré-vestibulares próprios, cursos livres, comercialização de material didático, apostilas, uniformes e cantinas.

Restaurante Maria Pimenta Ltda. - ME ("Maria Pimenta")
O Restaurante Maria Pimenta Ltda. - ME é uma sociedade por quotas com responsabilidade limitada, registrada na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina, constituída em 01 de julho de 2000.

Tem por objeto social as atividades relacionadas ao ramo de restaurante.

Participações societárias

A participação societária nas empresas controladas, mencionados acima é a seguinte:

	Sociedade Educacional Posiville Ltda.	Centro Educacional Opção Única Ltda.	Restaurante Maria Pimenta Ltda.
Positivo Educacional Ltda.	99,9999%	99,9999%	99,9999%
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	0,0001%	0,0001%	0,0001%
	100,00%	100,00%	100,00%

a. *Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos*

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

	Posiville	Opção Única	Maria Pimenta
Caixa e equivalentes de caixa	-	11	-
Contas a receber de clientes	1.029	245	98
Imobilizado	304	59	-
Intangível	12	-	-
Outros ativos (circulante e não circulante)	306	5	6
Fornecedores e outras contas a pagar	(377)	(17)	(9)
Impostos a recolher	(2.025)	(30)	(8)
Empréstimos e financiamentos	(436)	(11)	(29)
Outros passivos (circulante e não circulante)	(1.759)	(420)	(137)
Total dos ativos/(passivos) identificáveis, líquido	(2.946)	(158)	(79)

b. *Ágio*

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Investimento" nas demonstrações financeiras individuais e como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

	Posiville	Opção Única	Maria Pimenta	Total
Contraprestação transferida	3.838	2.487	10	6.335
Valor justo dos passivos líquidos identificáveis	2.946	158	79	3.183
Ágio	6.784	2.645	89	9.518

A contraprestação transferida total é de R$ 6.335, sendo pago R$ 5.335 no exercício de 2016 e o saldo remanescente de R$ 1.000 foi retido pela Positivo Educacional Ltda. para eventual pagamento de obrigações relativa a contingências, conforme nota explicativa nº 15.

2 Elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na nota explicativa 3.15 das práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3 Principais práticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 12 de junho de 2018. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas nas notas explicativas 3.2 a 3.14.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Empresa, pela taxa de câmbio na data da transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.3 Base de consolidação e investimento em controladas e combinação de negócios

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Empresa e suas controladas. O controle é obtido quando a Entidade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Empresa, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Empresa e suas controladas e também entre as controladas são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas estão mencionadas na nota explicativa nº 1. Os principais procedimentos de consolidação adotados são: (a) soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; (b) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, assim como as receitas e despesas das transações entre elas; e (c) eliminação dos saldos das contas de investimento nas empresas consolidadas.

As combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Empresa. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

3.4 Receita operacional

Prestação de serviços

As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa.

As receitas de prestação de serviço, representadas substancialmente pelas mensalidades dos dois ramos de atuação (escolas e cursos), são apuradas em conformidade com o regime de competência.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

Impostos correntes
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos
Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.6 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes
Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.7 Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis compreendem os sistemas de informática (softwares) e licenças de uso destes, têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também, nas demonstrações financeiras consolidadas, incluído como ativo intangível está o ágio proveniente de combinação de negócios, que é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização para os ativos intangíveis com vidas úteis definidas (softwares e licenças de uso) é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o saldo contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.8 Redução ao valor recuperável *(impairment)*

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; e
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
A Empresa considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Empresa considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.
O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.9 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências são reconhecidas apenas quando é provável que desembolsos de caixa ocorrerão e seu valor é determinado com base na estimativa das ações em curso.

As contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista objeto de contestações judiciais são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotam o procedimento de provisionar a totalidade das disputas de natureza fiscal, cível e trabalhista cuja chance de perda tenha sido considerada provável.

3.10 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa e as controladas forem parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados ao valor líquido e apresentados no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou demais fins. Caixa e equivalentes de caixa são: (a) dinheiro em caixa; (b) depósitos bancários; e (c) aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

3.11 Ajuste a valor presente

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

3.12 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.13 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras que são reconhecidos no resultado. As distribuições recebidas de investida registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com descontos concedidos.

3.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Empresa não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa no período de adoção inicial.

IFRS 9 / CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"

O CPC 48, publicado em julho de 2014, substitui as orientações existentes na CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que deve refletir o modelo de negócios e expectativa de fluxo de caixa utilizados pela Empresa na administração de seus ativos financeiros.

Classificação - Ativos e passivos financeiros
Os ativos financeiros passarão a serem classificados em três categorias, quais sejam: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38: "mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" e "disponíveis para venda".

Os passivos financeiros da Empresa estão classificados ao custo amortizado, o qual não foi alterado pelo CPC 48.

A Empresa avalia que a aplicação do CPC 48 não terá impacto significativo sobre os saldos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018, considerando que os ativos financeiros estavam classificados como "empréstimos e recebíveis" e passarão a ser classificados como "custo amortizado", portanto não havendo modificação significativa em sua mensuração.

Redução no valor recuperável (impairment)
O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas de créditos esperadas". Essa mudança exigirá um julgamento sobre como a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A metodologia prevista no CPC 48 e aplicável principalmente para contas a receber de longo prazo, ou seja com prazo superior a 12 meses, razão pela qual estabeleceu estágios 1 e 2 diferenciando a expectativa de perda de créditos.

Os ativos financeiros de curto prazo da Empresa representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos não tem apresentado aumento no risco de crédito e também não há, em 31 de dezembro de 2017, expectativa de aumento no risco de crédito que poderia requerer aumento signiticativo na provisão para perdas esperadas em relação a Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

IFRS 15 / CPC 47- "Receita de contratos com Clientes"
O CPC 47 fornece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por qual valor uma receita deve ser registrada. Esse pronunciamento substitui o CPC 30 - Receitas e CPC 17 - Contratos de Construção e vigorará a partir dos exercícios iniciados em ou depois de 1º. de janeiro de 2018.

O CPC 47 provê maior detalhamento para o reconhecimento da receita, estabelecendo que esta deva ser registrada quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e estabelecendo, também, maior detalhamento nas divulgações.

Prestação de serviços de ensino
A Empresa está envolvida na prestação de serviços de ensino (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e cursos preparatórios pré-vestibulares). Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço. A Empresa reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço. Substancialmente, referem-se a contratos anuais onde a receita é distribuída ao longo de 12 meses, o que equivale a prestação e entrega do serviço contratado.

De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos e o total da contraprestação desses contratos deverá ser atribuído com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais serão determinados com base na tabela de preços que a Entidade utiliza para transações de venda separadamente.

Com base na avaliação da Empresa, o valor justo e os preços de vendas individuais são amplamente similares. Portanto, a Empresa não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis pela adoção do CPC 47.

IFRS 16 / CPC 06 - "Arrendamentos"

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único para contabilização de arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, estabelecendo o reconhecimento, com limitadas exceções, de ativos e passivos pelo arrendatário. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro por parte dos arrendadores não teve mudanças significativas.

O CPC 06 (R2) substitui o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e a ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Essa norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Adoção antecipada é permitida somente se houver sido aplicado o CPC 47 antes do CPC 06 (R2).

A Empresa ainda não quantificou o impacto da adoção do CPC 06 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção do CPC 06 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Empresa celebrará. A Empresa espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28/IAS 40).
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Não há outras normas IFRS / CPC que impactem as demonstrações da Empresa de forma relevante, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Empresa.

3.15 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Empresa e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo do contas a receber, é estimado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de juros de mercado na data da mensuração. Recebíveis de curto prazo sem taxa de juros declarada são mensurados pelo valor da fatura original, se o efeito do desconto for imaterial. O valor justo é determinado no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, em cada data de balanço anual.

Passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não-derivativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e para fins de divulgação, em cada data de balanço anual. O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros do principal e juros, descontados à taxa de juros de mercado na data da mensuração. Em relação ao componente passivo de notas conversíveis, a taxa de juros de mercado é determinada com referência a passivos similares que não possuam opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros de mercado é determinada com referência a contratos de arrendamento semelhantes.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

4.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, no fim de cada período de relatório. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram ajustes ao saldo contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.2 Estimativas e premissas

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Foi constituída de forma suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, o qual é calculado com base nas melhores estimativas da Administração tendo por base as particularidades de cada segmento de negócio.

4.4 Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito nas notas explicativas 9 e 10, a Empresa revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente no final de cada exercício.

4.5 Imposto de renda diferido ativo

Conforme descrito na nota explicativa 7, o imposto de renda diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e diferenças dedutíveis temporárias não utilizadas na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal futuras.

4.6 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Empresa reconhece uma provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja probabilidade de perda seja classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7 Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa 21, a Empresa usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016 (não auditado)**
Caixa	97	118	114	136
Bancos	201	57	323	223
Aplicações financeiras - renda fixa (a)	9.673	3.795	9.673	3.866
	9.971	3.970	10.110	4.225

(a) São representadas principalmente por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB's), e compromissadas remunerados em aproximadamente 100% da variação do CDI (taxa de juros Certificado de Depósito Interbancário) e com liquidez imediatas estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6 Contas a receber de clientes

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016 (não auditado)**
A vencer	2.085	815	2.223	1.047
Vencido até 30 dias	3.488	2.220	3.716	2.352
Vencido de 31 até 60 dias	1.661	1.567	1.820	1.672
Vencido de 61 até 90 dias	654	884	735	945
Vencido de 91 até 180 dias	1.436	1.331	1.608	1.462
Vencido de 181 até 360 dias	1.951	1.270	2.139	1.379
Vencido acima de 361 dias	12.929	11.084	13.981	11.871
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa	(14.543)	(13.491)	(15.941)	(14.475)
	9.661	5.680	10.281	6.253

O prazo médio de recebimento da prestação de serviço por empresa está representado na tabela abaixo:

Empresa	**Prazo médio de recebimento**
Curso e Colégio Positivo	27 dias
Posiville	23 dias
Curso Opção Única	63 dias
Restaurante Maria Pimenta	84 dias

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está composta por:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Não auditado)	11.315
(-) Recebimento / reversão	(524)
(+) Adições	3.684
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (Não auditado)	14.475
(-) Recebimento / reversão	(1.578)
(+) Adições	3.044
Saldo em 31 de dezembro de 2017	15.941

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.315
(-) Recebimento / reversão	(524)
(+) Adições	2.700
Saldo em 31 de dezembro de 2016	13.491
(-) Recebimento / reversão	(1.541)
(+) Adições	2.593
Saldo em 31 de dezembro de 2017	14.543

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios estabelecidos pela Administração e, em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, cujo saldo é apresentado deduzido dessa provisão. O critério de provisão para créditos de liquidação duvidosa consiste no histórico de inadimplência, representados na tabela abaixo. Os percentuais de inadimplência são revisados anualmente.

Empresa	**PCLD (%)**
Curso Positivo	1,99%
Colégio Positivo	1,88%
Posiville	1,32%
Curso Opção Única	4,17%

A Administração considera esta provisão suficiente para cobrir as perdas na realização de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

7 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a. Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes, apresentando a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016 (não auditado)**
Ativo				
Provisão para bônus	108	117	108	117
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	1.480	1.408	1.480	1.408
Provisão de serviços	37	115	37	115
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	254	-	254
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.278	1.603	1.278	1.603
Outros	195	173	195	173
	3.098	3.670	3.098	3.670
Passivo				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	354	-	354	-
Atualização depósitos judiciais processos trabalhistas e fiscais	103	109	103	109
	457	109	457	109
Ativo fiscal diferido, líquido	2.641	3.561	2.641	3.561

b. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016 (não auditado)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.355	1.374	4.355	1.374
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(1.481)	(467)	(1.481)	(467)
(+/-) Utilização de impostos diferidos não constituídos sobre diferenças temporárias	-	-	(197)	(1.073)
(+/-) Equivalência patrimonial	(197)	(1.073)	-	-
Adições permanentes				
(-) Outras despesas indedutíveis	26	24	26	24
(-) Dedução do programa alimentação do trabalhador - PAT	13	15	13	15
	(1.639)	(1.501)	(1.639)	(1.501)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(719)	(832)	(719)	(832)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(920)	(669)	(920)	(669)
	(1.639)	(1.501)	(1.639)	(1.501)
Alíquota efetiva	38%	109%	38%	109%

A alíquota utilizada nas conciliações apresentadas anteriormente é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

8 Investimentos

Informações sobre as investidas:

	Participação no capital (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total
Controladas					
Sociedade Educacional Posiville Ltda.	99,99	8.010	2.001	5.234	3.233
Centro Educacional Opção Única Ltda.	99,99	1.733	651	1.158	507
Restaurante Maria Pimenta Ltda.	99,99	395	212	264	52
		10.138	2.864	6.656	3.792

	Investimentos	Prejuízo do exercício	Resultado da equivalência patrimonial
Controladas			
Sociedade Educacional Posiville Ltda.	2.001	(82)	(82)
Centro Educacional Opção Única Ltda.	651	(421)	(421)
Restaurante Maria Pimenta Ltda.	212	(78)	(78)
	2.864	(581)	(581)

A movimentação do saldo de investimento é como segue:

	Controladora			
	Posiville	Opção Única	Maria Pimenta	Total
Saldo do investimento em 2015	-	-	-	-
(+) Ágio na aquisição (a)	6.784	2.645	89	9.518
(-) Passivos líquidos adquiridos	(2.946)	(158)	(79)	(3.183)
(+) Aumento de capital	4.239	882	200	5.321
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(2.647)	(493)	(16)	(3.156)
(+) Provisão para perdas em investimentos	1.354	-	-	1.354
Saldo do investimento em 2016	6.784	2.876	194	9.854
(+) Aumento de capital	3.437	841	185	4.463
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(82)	(421)	(78)	(581)
(-) Provisão para perdas em investimentos	(1.354)	-	-	(1.354)
Saldo do investimento em 2017	8.785	3.296	301	12.382

(a) Refere-se ao ágio gerado na aquisição das empresas Sociedade Educacional Posiville Ltda., Centro Educacional Opção Única Ltda. - ME e Restaurante Maria Pimenta Ltda. - ME ocorrida em 1 de julho de 2016, conforme evidenciado na nota explicativa 1. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é classificado na rubrica de ativo intangível.

9 Imobilizado

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

		Controladora					
		2017			2016		
	Taxa média ponderada de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor contábil	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor contábil
Benfeitorias	4%	10.734	(2.076)	8.658	7.508	(1.725)	5.783
Máquinas e equipamentos	10%	149	(128)	21	149	(121)	28
Móveis e utensílios	10%	9.967	(6.876)	3.091	8.937	(6.378)	2.559
Equipamentos de informática	20%	5.553	(4.196)	1.357	4.763	(3.734)	1.029
Outras imobilizações	10 a 20%	2.137	(1.966)	171	2.120	(1.900)	220
		28.540	(15.242)	13.298	23.477	(13.858)	9.619

		Consolidado					
		2017			2016 (não auditado)		
	Taxa média ponderada de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor contábil	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor contábil
Benfeitorias	4%	14.247	(2.193)	12.054	7.999	(1.748)	6.251
Máquinas e equipamentos	10%	437	(328)	109	437	(300)	137
Móveis e utensílios	10%	11.708	(7.527)	4.181	10.195	(6.912)	3.283
Equipamentos de informática	20%	6.456	(4.501)	1.955	5.021	(3.924)	1.097
Outras imobilizações	10 a 20%	2.182	(1.977)	205	2.128	(1.908)	220
		35.030	(16.526)	18.504	25.780	(14.792)	10.988

A movimentação do ativo imobilizado está representada por:

	Controladora					
	Benfeitorias	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis, utensílios e instalações**	**Equipamentos de informática**	**Outras imobilizações**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.413	69	2.789	1.780	307	9.358
Adição	1.725	-	744	296	40	2.805
Depreciação	(221)	(6)	(444)	(352)	(93)	(1.116)
Baixa de custo	(146)	(113)	(1.766)	(3.148)	(110)	(5.283)
Baixa de depreciação	12	78	1.236	2.453	76	3.855
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.783	28	2.559	1.029	220	9.619
Adição	3.226	-	1.030	790	17	5.063
Depreciação	(351)	(7)	(498)	(462)	(66)	(1.384)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.658	21	3.091	1.357	171	13.298

	Consolidado					
	Benfeitorias	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis, utensílios e instalações**	**Equipamentos de informática**	**Outras imobilizações**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	4.413	69	2.789	1.780	307	9.358
Aquisição Posiville e Opção Única	26	118	204	15	-	363
Adição	2.169	-	1.294	352	40	3.855
Depreciação	(223)	(15)	(474)	(355)	(93)	(1.160)
Baixa de custo	(146)	(113)	(1.766)	(3.148)	(110)	(5.283)
Baixa de depreciação	12	78	1.236	2.453	76	3.855
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	6.251	137	3.283	1.097	220	10.988
Adição	6.248	-	1.513	1.435	54	9.250
Depreciação	(445)	(28)	(615)	(577)	(69)	(1.734)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.054	109	4.181	1.955	205	18.504

A Controladora possui imóveis alugados da Positivo Administradora de Bens Ltda. com despesa anual de R$ 5.801 (R$ 5.518 em 2016), válida por 20 anos a partir de 29 de fevereiro de 2012, e também locação de um imóvel da GTN Administradora de Bens Ltda., com despesa anual de R$ 1.670 (R$ 1.499 em 2016).

Vida útil

Ao final do exercício de 2017 e 2016, a empresa reacessou a estimativa da vida útil e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

10 Intangível

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

		Controladora					
		2017			2016		
	Taxa média ponderada de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor contábil	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor contábil
Software	20%	1.321	(1.170)	151	1.307	(1.088)	219
Marcas e patentes	10%	96	(95)	1	96	(93)	3
Projetos em andamento e outros intangíveis	25%	259	(256)	3	259	(253)	6
		1.676	(1.521)	155	1.662	(1.434)	228

		Consolidado					
		2017			2016 (não auditado)		
	Taxa média ponderada de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor contábil	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor contábil
Software	20%	1.328	(1.177)	151	1.314	(1.094)	220
Marcas e patentes	10%	96	(95)	1	96	(93)	3
Ágio (a)	-	9.518	-	9.518	9.518	-	9.518
Projetos em andamento e outros intangíveis	25%	270	(256)	14	270	(253)	17
		11.212	(1.528)	9.684	11.198	(1.440)	9.758

(a) Refere-se ao ágio gerado na aquisição das empresas Sociedade Educacional Posiville Ltda., Centro Educacional Opção Única Ltda. - ME e Restaurante Maria Pimenta Ltda. - ME ocorrida em 1 de julho de 2016, conforme evidenciado na nota explicativa 1.

A movimentação dos ativos intangíveis está composta por:

	Consolidado				
	Software	**Marcas e patentes**	**Projetos em andamento e outros intangíveis**	**Ágio**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Não auditado)	5.952	5	8	-	5.965
Aquisição Posiville, Opção Única e Maria Pimenta	1	-	11	-	12
Ágio na aquisição Posiville, Opção Única e Maria Pimenta	-	-	-	9.518	9.518
Adições	1	-	-	-	1
Baixa de custo	(9.532)	(7)	-	-	(9.539)
Baixa de amortização	3.882	6	-	-	3.888
Amortização	(84)	(1)	(2)	-	(87)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (Não auditado)	220	3	17	9.518	9.758
Adições	14	-	-	-	14
Amortização	(83)	(2)	(3)	-	(88)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	151	1	14	9.518	9.684

	Controladora			
	Software	**Marcas e patentes**	**Projetos em andamento e outros intangíveis**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.952	5	8	5.965
Adições	1	-	-	1
Baixa de custo	(9.532)	(7)	-	(9.539)
Baixa de amortização	3.882	6	-	3.888
Amortização	(84)	(1)	(2)	(87)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	219	3	6	228
Adições	14	-	-	14
Amortização	(82)	(2)	(3)	(87)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	151	1	3	155

Ágio

Representa a diferença entre o valor pago e a pagar de aquisição e o valor justo dos ativo (passivo) líquido obtidos das empresas adquiridas pela Positivo Educacional Ltda. em 1º de julho de 2016.

	Posiville	Opção Única	Restaurante Maria Pimenta	Total
Ágio por rentabilidade futura	6.784	2.645	89	9.518
	6.784	2.645	89	9.518

A Empresa avaliou, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, através do fluxo de caixa descontado projetado para os próximos 8 anos, se há evidência de que o ativo esteja desvalorizado. Os principais critérios que a Empresa adota para determinar se há evidência de perda por *impairment* incluem: dificuldade financeira, quebra de contratos, desaquecimento de um mercado ativo, condições econômicas nacionais, enfim dados indicando redução significativa nos fluxos de caixa futuros.

O montante é mensurado com a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. Com base nesta análise, não foram encontrados indicadores de não recuperação dos investimentos.

A metodologia utilizada na avaliação foi a do fluxo de caixa descontado, para avaliar os ágios que correspondem a cada uma das UGC´s. O cálculo considera 8 anos de projeção de fluxo explícito, adicionando um valor de perpetuidade. A taxa de desconto nominal foi de 7,77% ao ano, seguindo as referências de mercado e metodologias internas de cálculo.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo intángivel tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Administração não identificou indicadores de que o ativo intángivel poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

Vida útil

Ao final do exercício de 2017 e 2016, a Companhia reacessou a estimativa da vida útil dos ativos intangíveis e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

11 Salários, provisões e contribuições sociais

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016 (não auditado)**
Salários a pagar	1.497	1.622	1.675	1.793
Contribuições sociais	1.977	1.885	2.197	2.162
Provisão de férias	4.149	4.630	4.572	5.087
Provisões trabalhistas diversas	456	469	482	469
Outras contas a pagar sobre a folha	198	190	203	194
	8.277	8.796	9.129	9.705

12 Impostos a recolher

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016 (não auditado)**
IRRF sobre remuneração a funcionários	1.360	1.655	1.420	1.717
Parcelamentos tributários e previdenciários (a)	-	-	1.523	1.734
Cofins a recolher	314	259	362	291
INSS	277	-	284	-
ISS a recolher	149	186	163	226
Pis a recolher	67	55	75	65
Outros impostos	59	72	106	128
	2.226	2.227	3.933	4.161
Circulante	1.949	2.227	2.126	2.427
Não circulante	277	-	1.807	1.734

(a) A controlada Posiville aderiu em 2017, ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), conforme regras previstas na lei 13.496/2017. A modalidade de adesão da entidade foi pelo pagamento da antecipação entre os meses de agosto e outubro de 2017, usufruindo de benefícios de redução de 90% de juros e 70% de multa de passivos relacionados a débitos previdenciários, sendo que os efeitos no resultado do exercício foram nas rubricas de despesas gerais e administrativas e resultado financeiro. Oitenta por cento (80%) do saldo existente em dezembro foi liquidado com prejuízos fiscais da Empresa no valor de R$ 1.218 e o saldo residual será pago em espécie, conforme previsão da lei.

13 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas estão compostos da seguinte forma:

	Controladora										
	Adiantamentos concedidos ativos		Contas a receber de transações comerciais		Adiantamentos de clientes passivos		Contas a pagar de transações comerciais			Operações financeiras passivas	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016		2017	2016
Partes relacionadas (pessoas físicas)	-	-	-	-	-	-	-	-		2.272	2.272
Gráfica e Editora Posigraf Ltda.	-	182	-	-	-	-	966	111	(a)	-	-
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	-	-	398	252	-	-	784	-	(b)	-	-
Editora Positivo Ltda.	-	-	-	-	-	-	7.227	2.235	(e)	-	-
Positivo Tecnologia S.A.	-	-	-	342	91	-	-	-		-	-
Positivo Administradora de Bens Ltda.	-	-	-	-	-	-	487	861	(d)	-	-
Editora Piá Ltda.	-	-	-	-	-	-	30	47	(f)	-	-
	-	182	398	594	91	-	9.494	3.254		2.272	2.272

	Consolidado										
	Adiantamentos concedidos ativos		Contas a receber de transações comerciais		Adiantamentos de clientes passivos		Contas a pagar de transações comerciais			Operações financeiras passivas	
	2017	2016 (não auditado)	2017	2016 (não auditado)	2017	2016 (não auditado)	2017	2016 (não auditado)		2017	2016 (não auditado)
Partes relacionadas (pessoas físicas)	-	-	-	-	-	-	-	-		2.272	2.272
Gráfica e Editora Posigraf Ltda.	-	182	-	-	91	-	966	111	(a)	-	-
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	-	-	398	252	-	-	785	-	(b)	-	-
Editora Positivo Ltda.	-	-	-	-	-	-	7.443	2.381	(e)	-	-
Positivo Tecnologia S.A.	-	-	-	342	-	-	-	-		-	-
Positivo Administradora de Bens Ltda.	-	-	-	-	-	-	487	861	(d)	-	-
Editora Piá Ltda.	-	-	-	-	-	-	30	47	(f)	-	-
Centro Educacional Opção Única Ltda.	-	-	72	172	-	-	-	-		-	-
Restaurante Maria Pimenta Ltda.	-	-	-	86	-	-	119	-		-	-
Sociedade Educacional Posiville Ltda.	-	-	119	-	-	-	72	258		-	-
	-	182	589	852	91	-	9.902	3.658		2.272	2.272

Operações financeiras passivas

Para as operações financeiras não incidem a cobrança de encargos financeiros sobre tais operações e nem possuem prazos formais para sua liquidação. A Administração manteve esses saldos no longo prazo, em função da intenção do credor e devedor de não liquidar esses valores no curto prazo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa realizou transações comerciais com partes relacionadas, bem como o rateio de despesas administrativas decorrente de atividades compartilhadas do Grupo, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora				
	Vendas		Compras e serviços		
	2017	**2016**	**2017**	**2016**	
Gráfica e Editora Posigraf Ltda.	-	-	1.234	1.071	(a)
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	-	-	108	140	(b)
Editora Positivo Ltda.	-	-	99	53	(e)
Positivo Tecnologia S.A.	166	700	261	13	(c)
Positivo Administradora de Bens Ltda.	-	-	5.897	5.518	(d)
Consórcio J. Malucelli	-	-	53	-	
	166	700	7.652	6.795	

	Consolidado				
	Vendas		Compras e serviços		
	2017	**2016 (não auditado)**	**2017**	**2016 (não auditado)**	
Gráfica e Editora Posigraf Ltda.	-	-	1.234	1.071	(a)
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	-	-	126	140	(b)
Editora Positivo Ltda.	-	-	722	53	(e)
Positivo Tecnologia S.A.	166	700	502	13	(c)
Positivo Administradora de Bens Ltda.	-	-	5.897	5.518	(d)
Consórcio J. Malucelli	-	-	53	-	
	166	700	8.534	6.795	

a. Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Compras

São transações de comercialização (aquisição) de materiais didáticos e outros produtos gráficos. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

b. Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.

Locação de espaços
Compreende transações de locação de espaços, em especial do Teatro Positivo e Centro de Eventos.

c. Positivo Tecnologia S.A.

Compras
Compreende a aquisição de micro-computadores e equipamentos de informática.

Vendas
Compreende transações referente a prestação de serviços de ensino para os funcionários da Positivo Tecnologia S.A..

d. Positivo Administradora de Bens Ltda.

Arrendamento mercantil (edificações)
Compreende as despesas provenientes de arrendamento mercantil operacional dos imóveis da Positivo Administradora de Bens Ltda., sendo seu prazo de vigência até março de 2032, podendo ser renovado, conforme cláusula contratual.

Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

e. Editora Positivo Ltda.

Compras
No contas a pagar estão registradas transações de comercialização de materiais didáticos vendidos pela Editora Positivo Ltda. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

Rateio de despesas
Compreendia a cobrança proveniente do rateio de despesas administrativas e do centro de serviços compartilhados, as quais são incorridas pela Editora Positivo Ltda. e, posteriormente rateadas para as demais partes relacionadas beneficiadas pela prestação de tais serviços.

As despesas são representadas pelo uso compartilhado dos departamentos de compras (em especial materiais indiretos), recursos humanos, marketing, jurídico, contabilidade, financeiro e informática. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

f. Editora Piá Ltda.

Repasse de recebimento
No contas a pagar estão registrados os valores recebidos pela Empresa decorrente das vendas diretas efetuada pela Editora Piá Ltda. aos seus alunos, compreendendo meramente uma intermediação no recebimento destas vendas, não existindo transação comercial entre as empresas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração
As despesas com salários da Administração, incluindo encargos e remuneração variável, totalizaram R$ 659 (R$ 613 em 2016). Para os administradores das empresas controladas são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, descontos em mensalidades de cursos, graduação e pós-graduação nas escolas do grupo.

A Empresa não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

14 Adiantamento de clientes

O saldo dessa conta compreende os adiantamentos de mensalidade pelos alunos dos colégios e cursos, efetuados no segundo semestre de 2016 e 2017, referente ao ano letivo de 2017 e 2018.

15 Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016 (não auditado)**
Circulante				
Outras contas a pagar	387	828	455	829
	387	828	455	829
Não circulante				
Outras contas a pagar (a)	1.174	1.000	1.174	1.000
	1.174	1.000	1.174	1.000

(a) Valor retido pela Positivo Educacional Ltda. na aquisição das empresas Sociedade Educacional Positivo Ltda., Centro de Educacional Opção Única Ltda. e Restaurante Maria Pimenta Ltda., para eventual pagamento de obrigações relativa a contingências.

16 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (controladora e consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016** (Não auditado)
Riscos trabalhistas (a)	4.331	4.117	4.331	4.117
Riscos cíveis	21	23	21	23
	4.352	4.140	4.352	4.140

(a) Trabalhistas - Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários, reivindicando verbas trabalhistas em geral, entre eles, horas extras e equiparação salarial. Em 31 de dezembro de 2017, existem cinco processos com valores representativos nesta Empresa, que totalizam R$ 3.653.

As movimentações das provisões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.117	23	4.140
(+) Adições	966	15	981
(-) Reversões atualizações	(122)	(3)	(125)
(+) Atualizações	80	1	81
(-) Utilizações e reversões	(710)	(15)	(725)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.331	21	4.352

Probabilidades de perda possível

Existem outros processos trabalhistas, cíveis e tributários em curso, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R$ 23.342, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização. Os saldos estão compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016 (não auditado)
Tributárias (a)	1.476	931	2.574	931
Cíveis (b)	21.748	21.289	21.748	21.289
Trabalhistas	118	-	313	-
	23.342	22.220	24.635	22.220

(a) Tributárias

Corresponde a diversos processos tributários, sendo dois processos que somam o valor representativo de R$ 2.025, sendo o valor de R$ 962, na controladora, referente ao estorno de créditos de prejuízo fiscal utilizados para compensação de débitos do parcelamento alternativo ao REFIS, na forma do artigo 54 da Lei n° 9.784/99. Este estorno culminou na majoração da dívida consolidada e na consequente exclusão da empresa do parcelamento. Atualmente, o referido processo encontra-se em fase recursal, aguardando julgamento da apelação; e o valor de R$ 1.063, na controlada Posiville, referente a discussão sobre o parcelamento de débitos previdenciários realizado pela Posiville com base na Lei 12.996/2014, e indeferidos posteriormente. Atualmente, aguarda-se o julgamento da apelação do referido processo.

(b) Cíveis

Corresponde substancialmente à ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Paraná, no valor de R$ 21.611, onde estão sendo discutidos os reajustes sobre as mensalidades de prestação de serviços educacionais no ano de 1993. Atualmente, o referido processo encontra-se em fase recursal.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Conforme 22ª alteração do contrato social, as quotas da sócia anterior Positivo Participações S.A. foram transferidas aos seus acionistas através da dissolução e partilha de seus ativos em 29 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social integralizado da Empresa era de R$ 15.724. Durante o exercício de 2017, os quotitas efetuaram um aumento de capital, em dinheiro, no valor de R$ 1.410. O capital social está totalmente integralizado, da seguinte forma:

Composição societária, valores expressos em reais (1,00).

	Quantidade de quotas	Capital integralizado	% Participação
CIR Investimentos S.A.	3.144.712	3.144.712	20%
SLG Investimentos S.A	3.144.712	3.144.712	20%
Darwin Investimentos S.A.	3.144.712	3.144.712	20%
Palidano Investimentos S.A	3.144.712	3.144.712	20%
RMR Investimentos S.A.	2.358.535	2.358.535	15%
Lupa Investimentos S.A.	786.178	786.178	5%
	15.723.561	15.723.561	100%

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Empresa é de R$ 14.314 e está totalmente integralizado

b. Adiantamento para futuro aumento de capital

Conforme ata da 23ª Reunião do Conselho de Administração de 30 de novembro de 2017 da sócia anterior Positivo Partipações S.A., os quotistas da Empresa aprovaram a proposta de aporte para futuro aumento de capital no valor de R$ 5.994.

c. Destinação de lucros

Conforme previsto no contrato social da Empresa, ao final do exercício social os resultados não distribuídos serão registrados na conta de reserva de lucros, para futura distribuição ou capitalização, ou, se perda ou prejuízo em conta a compensar. Não existe previsão para distribuição de lucros mínimos ao final de cada exercício.

Durante o exercício de 2017 e 2016, não foram deliberadas distribuição de lucros nos exercícios, em função da existência de prejuízos acumulados.

18 Receita líquida de serviços prestados

A seguir, a composição da receita líquida de serviços prestados da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016 (não auditado)
Receita de serviços prestados	127.580	117.955	143.975	124.993
Receitas com aluguéis	220	185	220	185
Receita bruta de serviços prestados	127.800	118.140	144.195	125.178
(-) Impostos sobre serviços e aluguéis	(10.002)	(9.427)	(11.257)	(10.005)
(-) Devoluções e abatimentos	-	-	(33)	(1)
Receita líquida de serviços prestados	117.798	108.713	132.905	115.172

19 Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Empresa apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016 (não auditado)**
Pessoal	78.791	72.183	87.560	77.260
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	869	1.844	1.282	2.765
Aluguéis	8.158	7.476	9.912	8.325
Propaganda e publicidade	3.632	3.357	4.077	3.556
Serviços de terceiros	6.443	4.892	7.004	5.144
Energia, água e telefone	2.184	2.225	2.499	2.395
Manutenção de veículos e edifícios	1.671	1.414	2.397	2.164
Depreciação e amortização	1.469	1.203	1.820	1.249
Materiais utilizados na prestação dos serviços	2.097	1.581	2.442	2.037
Despesas corporativas	3.724	4.814	4.052	4.814
Outras	7.104	5.752	8.724	6.218
	116.142	106.741	131.769	115.927

A composição dessas contas para conciliação com a demonstração do resultado segue abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016 (não auditado)**
Custo dos serviços prestados	62.228	57.202	68.351	61.296
Despesas gerais e administrativas	49.272	44.141	57.888	48.103
Despesas comerciais	4.642	5.398	5.530	6.528
	116.142	106.741	131.769	115.927

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016 (não auditado)**
Receita financeira				
Juros cobrados sobre o contas a receber e outros	1.968	833	2.060	851
Rendimento de aplicações	946	1.673	960	1.674
Descontos obtidos	4	5	5	5
Outras	137	128	137	129
	3.055	2.639	3.162	2.659
Despesa financeira				
Juros	(190)	(3)	(334)	(352)
Descontos concedidos	(184)	(173)	(189)	(246)
Outras	(267)	(358)	(312)	(396)
	(641)	(534)	(835)	(994)
Resultado financeiro líquido	2.414	2.105	2.327	1.665

21 Instrumentos financeiros

A Empresa mantém operações em instrumentos financeiros ativos e passivos, sendo que não há instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Conforme as condições estabelecidas pelo pronunciamento IFRS 39 / CPC 38, as operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos, conforme abaixo, estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com as atuais taxas de mercado para as operações de prazos e riscos similares.

21.1 Categoria de instrumentos financeiros

A Empresa efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter efeito relevante nos valores de realização estimados.

- **Ativos financeiros não derivativos:** Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de curto e longo prazo e partes relacionadas a receber são classificadas como recebíveis. Seus respectivos valores contábeis aproximam-se de seus valores de mercado, tendo em vista o curto prazo de recebimento destas operações.

- **Passivos financeiros não derivativos:** Os fornecedores, obrigações com partes relacionadas e outras contas a pagar, são classificadas como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado e seus respectivos valores contábeis se aproximam com os seus valores de mercado. tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.

21.2 Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Empresa, que avalia necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

21.3 Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos e ativos financeiros não derivativos da Empresa e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações.

Ativos financeiros (controladora)

	Taxa de juros efetiva média ponderada ao ano	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017							
Caixa e bancos		298	-	-	-	-	298
Aplicações financeiras	7,33%	9.673	-	-	-	-	9.673
Contas a receber clientes		2.610	1.130	2.805	3.116	-	9.661
Contas a receber clientes - partes relacionadas		-	398	-	-	-	398
		12.581	1.528	2.805	3.116	-	20.030
31 de dezembro de 2016							
Caixa e bancos		175	-	-	-	-	175
Aplicações financeiras	14,03%	3.795	-	-	-	-	3.795
Contas a receber clientes		1.268	650	1.753	2.009	-	5.680
Contas a receber clientes - partes relacionadas		-	594	-	-	-	594
		5.238	1.244	1.753	2.009	-	10.244

Passivos financeiros (controladora)

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017						
Fornecedores	2.089	-	-	-	-	2.089
Fornecedores - partes relacionadas	1.735	7.759	-	-	-	9.494
Partes relacionadas	-	-	-	2.272	-	2.272
	3.824	7.759	-	2.272	-	13.855
31 de dezembro de 2016						
Fornecedores	2.024	-	-	-	-	2.024
Fornecedores - partes relacionadas	-	3.254	-	-	-	3.254
Partes relacionadas	-	-	-	2.272	-	2.272
	2.024	3.254	-	2.272	-	7.550

Ativos financeiros (consolidado)

	Taxa de juros efetiva média ponderada ao ano	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017							
Caixa e bancos		437	-	-	-	-	437
Aplicações financeiras	7,33%	9.673	-	-	-	-	9.673
Contas a receber clientes		2.760	1.252	2.966	3.303	-	10.281
Contas a receber clientes - partes relacionadas		-	589	-	-	-	589
		12.870	1.841	2.966	3.303	-	20.980
31 de dezembro de 2016 (não auditado)							
Caixa e bancos		359	-	-	-	-	359
Aplicações financeiras	14,03%	3.866	-	-	-	-	3.866
Contas a receber clientes		1.540	690	1.874	2.149	-	6.253
Contas a receber clientes - partes relacionadas		-	852	-	-	-	852
		5.765	1.542	1.874	2.149	-	11.330

Passivos financeiros (consolidado)

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017						
Fornecedores	2.541	-	-	-	-	2.541
Fornecedores - partes relacionadas	2.143	7.759	-	-	-	9.902
Partes relacionadas	-	-	-	2.272	-	2.272
	4.684	7.759	-	2.272	-	14.715
31 de dezembro de 2016 (não auditado)						
Fornecedores	2.393	-	-	-	-	2.393
Fornecedores - partes relacionadas	-	3.658	-	-	-	3.658
Partes relacionadas	-	-	-	2.272	-	2.272
	2.393	3.658	-	2.272	-	8.323

22 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Empresa e de suas controladas para cobrir eventuais sinistros em todas as suas unidades, e está apresentada abaixo.

Para sinistros prediais foram considerados os imóveis de propriedade da Positivo Administradora de Bens Ltda.

Ramo	**Abrangência**	**Limite de indenização**	**Vigência**
Riscos patrimoniais	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento, danos elétricos e outros.	40.922	01/04/2017 a 01/04/2018